

Partidos querem tempo

Os presidentes de seis partidos que apóiam Joaquim Roriz para governador do Distrito Federal entraram ontem com pedido de liminar junto ao Tribunal Regional Eleitoral para que possam participar, em igualdade de condições, do horário eleitoral gratuito. O pedido foi de iniciativa dos representantes do PSL, PSV, PLP, PBM, PLH e PAS, que ficaram de fora da programação no rádio e na televisão, que entrará no ar de 2 de agosto a 30 de setembro, por não contarem com representante no Congresso Nacional. Os partidos pedem isonomia entre os candidatos proporcionais, qualquer que seja a legenda à qual estejam filiados.

O advogado das coligações que se unem em torno de Roriz, Eri Varella, já havia antecipado que entraria com pedido de isonomia, de modo a reduzir o tempo do PMDB. Se o TRE conceder a isonomia, igualando o tempo de todos os candidatos, os 16 partidos das três frentes de Roriz passarão dos atuais 53 minutos diários na TV e no rádio para 64 minutos, calculou Varella. Hoje dez dessas legendas, apenas, têm horário do TRE.

Oportunidade

O presidente do PSL, José Bar-

bosa, explicou que para os pequenos partidos a única oportunidade de apresentação das propostas ao grande público é o horário eleitoral. "Pela Constituição, todos os candidatos teriam o mesmo tempo. Esse horário foi criado para o MDB e a Arena, e ainda hoje os partidos fortes no Congresso legislam em causa própria. No horário eleitoral, o que está em evidência não é o partido, e sim o programa dos candidatos", disse Barbosa.

Cada presidente entrou com um pedido individual de liminar, entre os seis aliados da propaganda gratuita ficou evidente que há divergências. O presidente do PSU, Adonias Oliveira, embora tenha pedido ao TRE isonomia, pretende apenas ganhar o direito de participar. "Até concordo com a proporcionalidade, mas não se pode restringir nossa participação totalmente", disse Oliveira, contradição o pedido formal apresentado. Os partidos alegam que o TSE, ao fixar critérios para a propaganda, usou o poder de legislar de que não dispõe, limitando-se a copiar as regras das eleições de 86. Segundo os candidatos, o que deve valer, na falta de lei específica, é a Constituição.